



SANTA CASA

MISERICÓRDIA
PONTE DE SOR

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	5
ANEXO	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	10
4. Ativos Fixos Tangíveis	17
5. Inventários	19
6. Rédito.....	20
7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
8. Subsídios e outros apoios das entidade públicas	20
9. Imposto sobre o Rendimento	21
10. Benefícios dos empregados	22
11. Agricultura	22
12. Acontecimentos após data de Balanço.....	23
13. Outras Informações	23
13.1. Honorários ROC.....	23
13.2. Investimentos Financeiros	24
13.3. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	24
13.4. Créditos a receber.....	24
13.5. Outras ativos correntes.....	25
13.6. Diferimentos	25
13.7. Caixa e Depósitos Bancários	25
13.8. Fundos Patrimoniais	26
13.9. Fornecedores	26
13.10. Estado e Outros Entes Públicos	26
13.11. Outros passivos correntes	27
13.12. Subsídios, doações e legados à exploração	27
13.13. Fornecimentos e serviços externos	27
13.14. Outros rendimentos.....	28
13.15. Outros gastos	28
13.16. Resultados Financeiros	28
Aplicação do Resultado Líquido do Período.....	29

BALANÇO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE SOR
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500874719

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-25	31-dez-24
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	8 861 197,56	8 531 328,95
Investimentos financeiros	13.2	20 801,34	20 301,34
		8 881 998,90	8 551 630,29
Activo corrente			
Inventários	5	567 505,25	534 208,38
Clientes e utentes c/c	13.4	70 258,64	217 017,46
Estado e outros entes públicos	13.10	81 397,76	95 241,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	910,00	1 156,00
Diferimentos	13.6	16 285,11	24 304,77
Outros ativos correntes	13.5	708 278,12	557 178,20
Caixa e depósitos bancários	13.7	183 308,31	698 126,17
		1 627 943,19	2 127 232,00
Total do ativo		10 509 942,09	10 678 862,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		388 519,74	388 519,74
Resultados transitados		5 947 939,21	6 038 471,56
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		3 140 326,55	2 475 776,20
		9 476 785,50	8 902 767,50
Resultado líquido do período		-63 347,14	-90 532,35
Total dos fundos patrimoniais		9 413 438,36	8 812 235,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	13.9	127 794,05	329 799,30
Estado e outros entes públicos	13.10	119 761,17	165 319,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	66,00	30,00
Diferimentos	13.6	153 817,54	852 727,84
Outros passivos correntes	13.11	695 064,97	518 750,36
		1 096 503,73	1 866 627,14
Total do passivo		1 096 503,73	1 866 627,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 509 942,09	10 678 862,29

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada

António Jorge Martins
António Martins

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
PONTE DE SÔR
 Cont. n.º 500 874 719

Conceição
 84.982

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE SOR

Contribuinte : 500874719

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

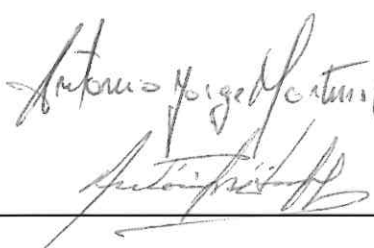
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	6	4 922 225,20	4 715 896,24
Subsídios, doações e legados à exploração	8; 13.12	278 077,89	246 592,27
Variação nos inventários da produção	5	31 611,34	-289 426,67
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	738 332,20	699 200,40
Fornecimentos e serviços externos	13.13	814 664,60	813 558,46
Gastos com o pessoal	10	3 605 351,08	3 155 624,34
Aumentos/reduções de justo valor		26,19	34,92
Outros rendimentos	13.14	248 285,15	204 205,91
Outros gastos	13.15	43 894,97	15 515,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		277 930,54	193 334,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		341 277,68	283 819,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-63 347,14	-90 485,26
Juros e gastos similares suportados		0,00	47,09
Resultado líquido do período		-63 347,14	-90 532,35

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sôr

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2025

EUR

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	7	388 519,74	6 038 471,56	2 475 776,20	-90 532,35	8 812 235,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras Alterações Reconhecidas em fundos patrimoniais		7		-90 532,35	664 550,35	90 532,35	664 550,35
	7			-90 532,35	664 550,35	90 532,35	664 550,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	7				-63 347,14	-63 347,14
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					27 185,21	601203,21
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	7	388 519,74	5 947 939,21	3 140 326,55	-63 347,14	9 413 438,36

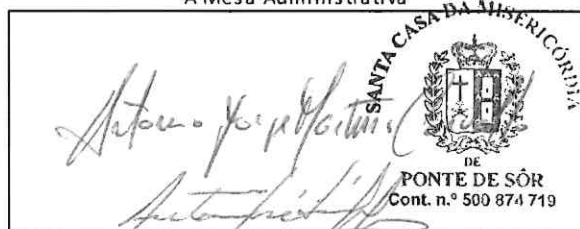
Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sôr

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

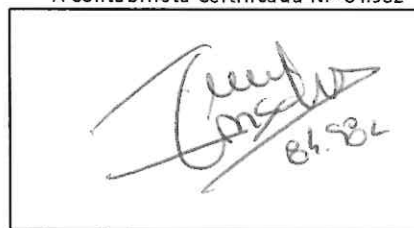
EUR

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	388 519,74	5 844 151,24	2 478 873,22	194 320,32	8 905 864,52
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras Alterações Reconhecidas em fundos patrimoniais			194 320,32	-3 097,02	-194 320,32	-3 097,02
	2		194 320,32	-3 097,02	-194 320,32	-3 097,02
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				-90 532,35	-90 532,35
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				-284 852,67	-93 629,37
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5	388 519,74	6 038 471,56	2 475 776,20	-90 532,35	8 812 235,15

A Mesa Administrativa



A Contabilista Certificada N.º 84.982



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR RESPOSTA SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS - RESPOSTAS SOCIAIS

RENDIMENTOS E GASTOS	CRECHE	PRÉ	CATL	LNSA	CD	SAD	LRP	LSFA	UCCI
Vendas e serviços prestados	- €	63 405,96 €	- €	622 008,27 €		89 286,53 €	683 300,14 €	255 474,89 €	235 536,87 €
Subsídios, doações e legados à exploração	791 933,98 €	227 471,73 €	1 002,91 €	779 752,05 €	3 629,57 €	75 301,99 €	312 606,08 €	250 389,41 €	727 306,39 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 55 235,33 €	- 23 589,26 €	- €	- 183 346,15 €		- 44 280,37 €	- 140 573,74 €	- 95 091,39 €	- 133 845,95 €
Fornecimentos e serviços externos	- 62 117,12 €	- 29 148,43 €	- €	- 174 118,66 €		- 18 846,82 €	- 128 834,68 €	- 75 664,70 €	- 273 217,30 €
Gastos com o pessoal	- 565 664,15 €	- 305 548,09 €	- €	- 924 413,30 €		- 129 769,45 €	- 768 698,11 €	- 340 673,55 €	- 537 493,07 €
Aumentos/reduções de justo valor	- 4,98 €	- 2,10 €	- €	- 5,76 €		- 1,57 €	- 4,19 €	- 2,62 €	- 4,19 €
Outros rendimentos	5 702,66 €	27 558,75 €	- €	60 575,49 €		802,55 €	6 340,50 €	29 296,56 €	14 124,21 €
Outros gastos	- 2 942,26 €	- 14 185,92 €	- €	- 3 153,89 €		- 11 607,25 €	- 677,29 €	- 1 336,37 €	- 3 957,42 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	111 672,80 €	- 54 037,36 €	1 002,91 €	177 298,05 €	3 629,57 €	- 39 114,39 €	- 36 541,29 €	22 392,23 €	28 449,54 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 13 224,34 €	- 8 099,53 €	- 1 580,44 €	- 130 940,18 €	- 107,65 €	- 21 953,62 €	- 65 389,25 €	- 34 896,53 €	- 53 364,71 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	98 448,46 €	- 62 136,89 €	- 577,53 €	46 357,87 €	3 521,92 €	- 61 068,01 €	- 101 930,54 €	- 12 504,30 €	- 24 915,17 €
Juros e rendimentos similares obtidos	165,84 €	69,83 €	- €	192,03 €		52,37 €	139,66 €	87,29 €	139,66 €
Juros e gastos similares suportados	- 66,14 €	- 32,11 €	- €	- 128,62 €		- 21,90 €	- 95,66 €	- 48,10 €	- 73,98 €
Resultados antes de impostos	98 548,16 €	- 62 099,17 €	- 577,53 €	46 421,28 €	3 521,92 €	- 61 037,54 €	- 101 886,54 €	- 12 465,11 €	- 24 849,49 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do período	98 548,16 €	- 62 099,17 €	- 577,53 €	46 421,28 €	3 521,92 €	- 61 037,54 €	- 101 886,54 €	- 12 465,11 €	- 24 849,49 €
Resultado líquido do período		35 871,46 €		- 11 094,34 €	- 101 886,54 €	- 12 465,11 €	- 24 849,49 €		
				- 114 424,02 €					

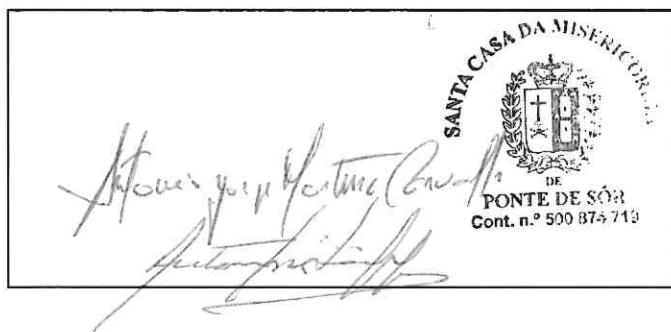
FLUXOS DE CAIXA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE SOR
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

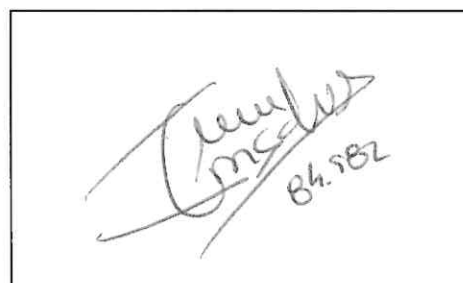
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		5 069 136,30	4 583 249,91
Pagamentos a fornecedores		1 756 851,01	1 373 129,80
Pagamentos ao pessoal		3 503 625,45	3 127 911,86
Caixa gerada pelas operações		-191 340,16	82 208,25
Outros recebimentos/pagamentos		245 429,71	774 681,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		54 089,55	856 889,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		671 146,29	878 548,39
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		1 374,00	1 149,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		939,00	0,00
Outros Ativos		102 270,36	103 297,00
Subsídios ao investimento		0,00	87 114,29
Juros e rendimentos similares		872,85	6 619,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-568 438,08	-682 667,02
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		469,33	47,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-469,33	-47,09
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-514 817,86	174 175,60
Caixa e seus equivalentes no início do período		698 126,17	523 950,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		183 308,31	698 126,17

A Mesa Administrativa



A Contabilista Certificada



ANEXO

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor é uma instituição sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída sob a forma de Associação com Compromisso aprovado pelo Bispo de Portalegre-Castelo Branco em 11/08/2015, com sede na Rua Vaz Monteiro, n.º 12 em Ponte de Sor.

Desenvolve a sua missão através de respostas sociais nas áreas da Infância, Gerontologia, Saúde e Apoio à Comunidade, dispondo das seguintes valências:

- i) Jardim de Infância
- ii) Creche
- iii) Centro de Atividades de Tempos Livres
- iv) ERPI Lar Residencial da Ponte
- v) ERPI Lar de Nossa Senhora do Amparo
- vi) ERPI Lar de S. Francisco de Assis
- vii) Serviço de Apoio Domiciliário
- viii) Unidade de Cuidados Continuados Integrados

E dos seguintes programas de apoio à Comunidade:

- ix) Cantina Social
- x) Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

Exerce ainda atividades complementares à obtenção de rendimento através da exploração silvícola.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas estão com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das presentes demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Notas 13.5 e 13.11) e “*Diferimentos*” (Nota 13.6).

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram exceionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Nas notas seguintes, são identificadas as bases de mensuração das rubricas presentes nas demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Outros Ativos Intangíveis	3 anos

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Não se constituíram provisões no exercício.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Ativos Biológicos

As Demonstrações Financeiras devem refletir os efeitos da transformação biológica, representados pelas alterações do justo valor dos ativos biológicos.

O modelo do custo não reflete os efeitos da transformação biológica devido à diferença entre a fase inicial e a fase da colheita. Sempre que aplicação do justo valor não seja fiavelmente mensurado os ativos são valorizados ao custo histórico menos as depreciações acumuladas.

Os ativos biológicos subdividem-se em consumíveis e de produção.

A Misericórdia não apresenta Ativos Biológicos de Produção.

Na classe dos Ativos Biológicos consumíveis, Cortiça pela valorização do fruto pendente, são mensurados ao justo valor deduzido dos custos estimados desde aí ao ponto de venda, tendo como ponto de base a qualidade do produto vendido aquando da última extração, a cotação no SIMA, e ainda as condições que o mercado atual paga.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham

cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por rendimentos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

O rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF- ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro; e

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a SCMPs intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas. Não existiram alterações às políticas contabilísticas aplicadas no ano.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a SCMPs adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	290 024,82					290 024,82
Edifícios e outras construções	9 482 937,15			159 764,88		9 642 702,03
Equipamento básico	771 125,95	17 337,31				788 463,26
Equipamento de transporte	286 701,93					286 701,93
Equipamento Administrativo	106 383,48	11 677,50				118 060,98
Outros Ativos fixos tangíveis	234 385,94	396,95				234 782,89
Ativos fixos tangíveis em curso	642 548,90	849 136,63		-159 764,88		1 331 920,65
Total	11 814 108,17	878 548,39	0,00	0,00	0,00	12 692 656,56
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	120 651,03					120 651,03
Edifícios e outras construções	2 790 661,41	212 492,18				3 003 153,59
Equipamento básico	478 081,31	32 116,19				510 197,50
Equipamento de transporte	227 538,91	25 326,97				252 865,88
Equipamento Administrativo	97 381,19	6 413,29				103 794,48
Outros Ativos fixos tangíveis	163 194,35	7 470,78				170 665,13
Total	3 877 508,20	283 819,41	0,00	0,00	0,00	4 161 327,61
Quantia escriturada	7 936 599,97	594 728,98	0,00	0,00	0,00	8 531 328,95

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	290 024,82					290 024,82
Edifícios e outras construções	9 642 702,03			1 813 521,71		11 456 223,74
Equipamento básico	788 463,26	131 635,42				920 098,68
Equipamento de transporte	286 701,93					286 701,93
Equipamento Administrativo	118 060,98	5 205,60				123 266,58
Outros Ativos fixos tangíveis	234 782,89	25 651,41				260 434,30
Ativos fixos tangíveis em curso	1 331 920,65	508 653,86		-1 813 521,71		27 052,80
Total	12 692 656,56	671 146,29	0,00	0,00	0,00	13 363 802,85
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	120 651,03					120 651,03
Edifícios e outras construções	3 003 153,59	245 210,78				3 248 364,37
Equipamento básico	510 197,50	62 391,66				572 589,16
Equipamento de transporte	252 865,88	17 666,95				270 532,83
Equipamento Administrativo	103 794,48	6 323,71				110 118,19
Outros Ativos fixos tangíveis	170 665,13	9 684,58				180 349,71
Total	4 161 327,61	341 277,68	0,00	0,00	0,00	4 502 605,29
Quantia escriturada	8 531 328,95	329 868,61	0,00	0,00	0,00	8 861 197,56

Descrição	31-12-2024			31-12-2025		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	290 024,82	120 651,03	169 373,79	290 024,82	120 651,03	169 373,79
Edifícios e outras construções	9 642 702,03	3 003 153,59	6 639 548,44	11 456 223,74	3 248 364,37	8 207 859,37
Equipamento básico	788 463,26	510 197,50	278 265,76	920 098,68	572 589,16	347 509,52
Equipamento de transporte	286 701,93	252 865,88	33 836,05	286 701,93	270 532,83	16 169,10
Equipamento administrativo	118 060,98	103 794,48	14 266,50	123 266,58	110 118,19	13 148,39
Outros Ativos fixos tangíveis	234 782,89	170 665,13	64 117,76	260 434,30	180 349,71	80 084,59
Total	11 360 735,91	4 161 327,61	7 199 408,30	13 336 750,05	4 502 605,29	8 834 144,76
Ativos Fixos Tangíveis em Curso			1 331 920,65			27 052,80
Total Ativos Fixos Tangíveis			8 531 328,95			8 861 197,56

5. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	31-12-2025	31-12-2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56 187,91 €	54 502,38 €
Ativos biológicos de consumo	511 317,34 €	479 706,00 €
TOTAL	567 505,25 €	534 208,38 €

	2025				2024			
	Quantias iniciais	reforço	venda	Quantias finais	Quantias iniciais	reforço	venda	Quantias finais
Ativos biológicos de consumo								
Cortiça 2024					769 132,67	64 132,33	353 559,00	479 706,00
Cortiça 2025	479 706,00	31 611,34		511 317,34				
Total	479 706,00	31 611,34	0,00	511 317,34	769 132,67	64 132,33	353 559,00	479 706,00
Variação nos inventários da produção				31 611,34				-289 426,67

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	58 775,24 €	694 927,54 €	0,00 €	54 502,38 €	740 017,73 €	0,00 €	56 187,91 €
Total	58 775,24 €	694 927,54 €	0,00 €	54 502,38 €	740 017,73 €	0,00 €	56 187,91 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				699 200,40 €	738 332,20 €		

6. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	1 612,68 €	264 924,80 €
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 949 012,66 €	1 863 660,66 €
Outros (ISS + ARS)	2 969 008,86 €	2 584 811,78 €
Quotas e joias	2 591,00 €	2 499,00 €
Juros	872,85 €	6 619,08 €
Total	4 923 098,05 €	4 722 515,32 €

7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No que respeita a ativos contingentes tem esta Instituição um processo judicial interposto junto do Juízo de Competência Genérica de Ponte de Sor, que consiste numa ação especial para cumprimento de obrigações pecuniárias para cobrança da quantia de 1.496,00 € (mil quatrocentos e noventa e seis euros), referente a prestação de serviços, estando a ser cumprido o acordo de regularização.

Não existe qualquer outra situação à data de 31 de dezembro de 2025 que necessite da realização de uma provisão, nem se identificam outros passivos e/ou ativos contingentes.

8. Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2025	2024
Subsídios ISS	161 070,75 €	151 029,27 €
Creche	11 464,71 €	9 322,66 €
Pré-Escolar	71 393,92 €	47 378,40 €
POAPMC	561,98 €	1 697,56 €
Cantina Social	77 173,14 €	91 016,25 €
Outros	477,00 €	1 614,40 €
Subsídios de outras entidades	37 273,88 €	20 873,55 €
IFAP	1 661,78 €	1 911,05 €
IEFP	27 860,25 €	10 352,24 €
Município de Ponte de Sor	7 751,85 €	8 610,26 €
Total	198 344,63 €	171 902,82 €

9. Imposto sobre o Rendimento

A Instituição está isenta de IRC nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2025, foram, respetivamente “9” e “9” e não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de “176” e em 31/12/2025 foi de “176”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	2 909 055,89 €	2 553 661,90 €
Indemnizações	6 378,99 €	8 446,60 €
Encargos sobre as Remunerações	605 194,13 €	524 801,70 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	35 889,58 €	31 715,57 €
Outros Gastos com o Pessoal	48 832,49 €	36 998,57 €
Total	3 605 351,08 €	3 155 624,34 €

11. Agricultura

Ativos Biológicos consumíveis

Ativos mensurados ao justo valor conforme paragrafo 20.3 e seguintes da NCRF-ESNL complementada pelo §13, da NCRF 17, discriminado por categorias como segue:

- Plantas cortiça - O método utilizado para valorização do fruto pendente é feito pelo sistema de nonos à data da valorização tendo em conta a projeção da quantidade de arrobas da última tiragem de cortiça.

A partir de 2017 (valores reexpressos), o ativo biológico cortiça passou a ser valorizado pelo critério do fruto pendente, tendo sido estimado 1/9 para a cortiça de todas as Herdades propriedade da Instituição, com base nas condições de venda praticadas pela mesma.

Este valor apresenta-se na rubrica de Inventários (NOTA 5), ascendendo a um total de 511.317,34€ em 31/12/2025 (2024: 479.706,00€).

12. Acontecimentos após data de Balanço

À data de aprovação das demonstrações financeiras, e conforme recomendado pela Comissão de Normalização Contabilística relativamente à análise de eventos subsequentes, o atual contexto de instabilidade geopolítica decorrente do conflito no Médio Oriente foi objeto de avaliação pela Santa Casa da Misericórdia. Embora este evento se tenha intensificado após a data de relato, não foram identificados impactos materiais que afetem as condições existentes à data do balanço, pelo que não houve necessidade de proceder a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Ainda assim, atendendo à incerteza associada à evolução do conflito, nomeadamente ao nível de eventuais efeitos indiretos sobre custos operacionais, cadeias de abastecimento ou financiamento, a instituição continuará a acompanhar a situação, tendo divulgado a mesma no Anexo por se tratar de um evento subsequente relevante de natureza não ajustável, em conformidade com os princípios de divulgação aplicáveis.

À data de aprovação das demonstrações financeiras, tem-se conhecimento de que um funcionário se apropriou indevidamente de valores em numerário, tendo-lhe sido instaurado um processo disciplinar, que culminou no seu despedimento por justa causa, não se tendo ainda apurado a totalidade dos montantes de que se apropriou, mas que ascenderá, pelo menos, a 8.047.14€. Valor que já restituiu à Santa Casa da Misericórdia.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 15 de abril de 2026.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Honorários ROC

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), para 2025, foram de € 5 535,00 com IVA incluído, à taxa de 23% (2024: € 5 535,00 com IVA incluído).

13.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Investimentos noutras empresas	500,00 €	0,00 €
Outros investimentos financeiros	20 301,34 €	20 301,34 €
Total	20 801,34 €	20 301,34 €

Os outros investimentos financeiros referem-se ao FCT (Fundo de Compensação do Trabalho).

13.3. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Ativo		
Quotas	910,00 €	1 156,00 €
Total	910,00 €	1 156,00 €
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	66,00 €	30,00 €
Total	66,00 €	30,00 €

13.4. Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 734,00	109 811,20
Utentes	68 524,64	107 206,26
Total	70 258,64	217 017,46

13.5. Outras ativos correntes

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Adiantamentos ao pessoal	1 147,33	5 133,42
Devedores por acréscimos de rendimentos	103 645,35	86 691,34
Outras operações	3 973,51	3 290,24
Outros Devedores	599 451,53	461 992,80
Saldo cartão crédito CA	60,40	70,40
Total	708 278,12	557 178,20

13.6. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Gastos a Reconhecer		
	16 285,11	24 304,77
Total	16 285,11	24 304,77
Rendimentos a Reconhecer		
	153 817,54	852 727,84
Total	153 817,54	852 727,84

13.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	2 437,75 €	2 124,77 €
Depósitos à ordem	180 870,56 €	646 001,40 €
Depósitos a prazo	0,00 €	50 000,00 €
Total	183 308,31 €	698 126,17 €

13.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	388 519,74 €			388 519,74 €
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	6 038 471,56 €		90 532,35 €	5 947 939,21 €
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 475 776,20 €	796 286,82 €	131 736,47 €	3 140 326,55 €
Total	8 902 767,50 €	796 286,82 €	222 268,82 €	9 476 785,50 €

13.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores c/c	127 794,05	329 799,30
Total	127 794,05	329 799,30

13.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	80 548,43 €	94 391,69 €
Outros Impostos e Taxas	849,33 €	849,33 €
Total	81 397,76 €	95 241,02 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 982,61 €	89 939,54 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	26 416,14 €	12 843,08 €
Segurança Social	91 362,42 €	62 537,02 €
Total	119 761,17 €	165 319,64 €

13.11. Outros passivos correntes

A rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025		31-12-2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	613 702,38	0,00	440 233,44
Outros credores	0,00	81 362,59	0,00	78 516,92
Total	0,00	695 064,97	0,00	518 750,36

13.12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	161 070,75 €	151 029,27 €
Subsídios de outras entidades	37 273,88 €	20 873,55 €
Doações e heranças	79 733,26 €	74 689,45 €
Total	278 077,89 €	246 592,27 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

13.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	540 940,05 €	533 464,68 €
Materiais	71 439,78 €	57 702,24 €
Energia e fluidos	162 756,88 €	183 375,45 €
Deslocações, estadas e transportes	422,92 €	1 094,11 €
Serviços diversos	39 104,97 €	37 921,98 €
Total	814 664,60 €	813 558,46 €

13.14. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	1 024,41 €	1 148,94 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 271,40 €	1 977,08 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	103 209,36 €	103 419,20 €
Outros rendimentos	141 779,98 €	97 660,69 €
Total	248 285,15 €	204 205,91 €

13.15. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	3 828,44 €	2 891,06 €
Incobráveis	0,00 €	852,96 €
Gastos em investimentos não financeiros	1 374,00 €	1 149,00 €
Outros Gastos	38 223,20 €	10 217,07 €
Total	43 425,64 €	15 110,09 €

13.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	469,33	47,09
Total	469,33	47,09
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Total		
Resultados Financeiros	469,33	47,09

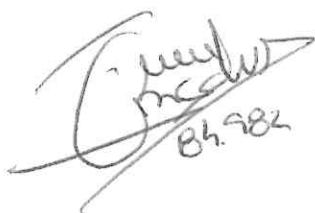
Aplicação do Resultado Líquido do Período

No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, propõe que a Assembleia Geral delibere:

- a) Que o Resultado Líquido do Período de 2025, negativo no montante de 63.347,14€, seja transferido para Resultados Transitados.

Ponte de Sor, 20 de Abril de 2026

A Contabilista Certificada



A Mesa Administrativa

